UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

PATRÍCIA DO NASCIMENTO XAVIER

A REALIDADE DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E O PROCESSO

DE TRABALHO EM SAÚDE AMBIENTAL

MATINHOS 2019

PATRÍCIA DO NASCIMENTO XAVIER

A REALIDADE DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E O PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE AMBIENTAL

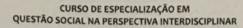
Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, da Universidade Federal do Paraná, setor Litoral.

Orientador: Neilor Vanderlei Kleinubing

MATINHOS 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL





PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo orientador Professor Ms. Neilor Vanderlei Kleinubing, realizaram em 16 de agosto de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Patricia do Nascimento Xavier, sob o título "A REALIDADE DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E O PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE AMBIENTAL", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista no Curso de Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 16 de agosto de 2019.

Me. Neilor Vanderlei Kleinubing Professor Orientador Ms. Tatiana Ribas Reinubing Professora Integrante

Dr.Antonio Sandro Schuartz Professor Integrante Patricia do Nascimento Xavier Estudante

Conceitos de aprovação APL = Aprendizagem Plena AS = Aprendizagem Suficiente Conceitos de reprovação APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente AI = Aprendizagem Insuficiente

A REALIDADE DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E O PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE AMBIENTAL

Patrícia do Nascimento Xavier¹ Neilor Vanderlei Kleinubing²

RESUMO

O estudo aqui apresentado objetivou demonstrar a realidade dos Agentes de Combate às Endemias. Este estudo se justifica à medida que a atuação do ACE no município de Paranaguá seja pouco conhecida, haja vista que são eles os atores centrais das atividades de controle e prevenção das arboviroses, como dengue, chikungunya, zica e febre amarela, as quais formam problemas graves de saúde pública, interferindo nos processos de saúde-doença. A pesquisa fundamenta-se no conceito de representações sociais referenciadas pelo Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Tratou-se de um estudo analítico realizado entre 2018 e 2019, de cunho qualitativo, realizado a partir de observações e questionários com 17% dos agentes de Paranaguá-PR.Os dados foram analisados segundo os pressupostos do DSC. Buscou-se, contudo, compreender qual a percepção dos ACEs e sua importância nas atividades do cotidiano de trabalho. Verificou-se que os agentes encontram diversas barreiras para efetivação de suas ações. Pouco espaço e atenção é dado a participação do ACE na formulação de estratégias de atuação, suas relações sociais foram se instituindo em precárias condições de trabalho.

Palavras-chave: Agentes de combate às Endemias. Visita domiciliar. Saúde ambiental.

RESUMEN

El estudio presentado aquí tenía como objetivo demostrar la realidad de los agentes de control endémico. Este estudio se justifica porque el desempeño de la ACE en el municipio de Paranaguá es poco conocido, dado que son los actores centrales en las actividades de control y prevención de los arbovirus, como el dengue, el

¹ Pós graduanda do curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar UFPR - Setor Litoral.

² Professor da Universidade Federal do Paraná.

chikungunya, la zica y la fiebre amarilla, que forman problemas. salud pública, que interfiere con los procesos salud-enfermedad. La investigación se basa en el concepto de representaciones sociales al que hace referencia el Discurso del sujeto colectivo (CSD). Este fue un estudio analítico realizado entre 2018 y 2019, de naturaleza cualitativa, basado en observaciones y cuestionarios con el 17% de los agentes de Paranaguá-PR. Los datos se analizaron de acuerdo con los supuestos del DSC. Sin embargo, buscamos comprender la percepción de los ACE y su importancia en las actividades laborales diarias. Se encontró que los agentes encuentran varias barreras para sus acciones. Se presta poco espacio y atención a la participación de ACE en la formulación de estrategias de acción, sus relaciones sociales se instituyeron en condiciones de trabajo precarias.

Palabras clave: Agentes endémicos. Visita a domicilio. Salud ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, busca compreender de diferentes formas as complexas expressões da Questão Social, bem como demonstrar que é preciso se apropriar de elementos distintos na apreensão da realidade.

De acordo com lamamoto e Carvalho (2005, p. 28) Questão Social "é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão", nessa mesma perspectiva é que pretendemos nos apoiar, a fim de descrever a realidade do cotidiano dos trabalhadores, os quais não podem deixar de ser participantes na prestação dos serviços sociais.

Diante de toda vivência profissional como Agente de Combate às Endemias (ACE) no município de Paranaguá, por meio da Política de Vigilância em Saúde, oportunizada pelo Processo Seletivo Simplificado do ano de 2017, surgiu o interesse acerca do tema de estudo dessa pesquisa.

Durante o período de um ano vivenciamos enquanto profissional o trabalho do/da Agente de Combate às Endemias, assim nos apropriando da realidade vivenciada em suas atividades, as quais têm um importante papel no controle e prevenção das arboviroses, o qual influencia no processo saúde-doença. Na visão de Minayo (1988, p. 366), tal processo "manifesta-se pela ruptura das relações do indivíduo com a natureza e com seu grupo social, podendo ter distintos tipos de causação".

Assim, surgiu o interesse de pesquisa acerca do trabalho realizado pelos Agentes, das suas percepções sobre as ações desenvolvidas no processo de saúde ambiental, bem como demonstrar a importância e reconhecimento das dimensões individuais e coletivas articuladas, a fim de valorizar e difundir sua atuação.

A iminência das arboviroses no Brasil representa um grande desafio para as políticas de saúde pública. A organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (2019) lembra que a dengue é uma doença endêmica nos territórios da região das Américas, no Brasil desde a sua introdução em 1980. Tais doenças possuem ligação próxima com o ambiente e os indivíduos expostos as condições de diferentes agravos.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: após essa introdução apresentamos acerca da identidade e formação do ACE, desdobrando-se em uma breve descrição da realidade do município. Logo, abordaremos a questão da visita domiciliar e os procedimentos metodológicos a partir de observações e representações sociais no campo do DSC. Por fim, tecem-se as considerações finais sobre tudo que foi observado, vivido, aprendido, lido e ouvido.

2 IDENTIDADE E FORMAÇÃO

Em 2006, visando o fortalecimento das estratégias de controle e prevenção das arboviroses foi publicada a Lei nº. 11.350, que regulamenta as atividades do Agente de Combate às Endemias, onde define que suas atividades são de exclusividade do Sistema Único de Saúde.

Nesse sentido pensando em garantir maior eficácia em suas atividades determinou-se a obrigatoriedade do Agente de Combate às Endemias na estrutura da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, redação incluída através da Lei nº. 13.708, de 2018.

Em 2007 em consonância com as ações já existentes desenvolvidas pelo SUS, o Ministério da Saúde publicou o documento Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental preconizando que,

O campo da saúde ambiental compreende a área da saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade (MINISTÉRO DA SAÚDE, 2007).

Esse documento é de suma importância para a política de saúde e demais políticas públicas existentes, pois foi pensado na relação ambiente e padrão de saúde de uma determinada população.

Conforme disposto no art. 420 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, são definidas atribuições para o Agente de Combate às Endemias ligadas diretamente ao meio ambiente.

Realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

As observações realizadas no campo de pesquisa abordaram as demandas do cotidiano de trabalho dos Agentes, quando vivenciam situações complexas e diferenciadas em suas atividades durante a realização da pesquisa entomológica, objetivo da Política Nacional de Combate à Dengue para observação, orientação, coleta de dados e intervenção no ambiente.

Assim, o objetivo desse estudo foi demonstrar a realidade dos Agentes de Combate às Endemias a partir da análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pautado nos pressupostos das representações sociais do cotidiano dos sujeitos.

De acordo com MOSCOVICI (2002) "as representações sociais são conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum, são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, construída nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através das interações grupais" (apud SANTOS e DIAS, 2015, p. 175). 2002).

O DSC busca coletar pensamentos coletivos sobre temas específicos como realidade empírica.

Para Lefevre (2014), as Representações Sociais (RSs) são práticas discursivas, comportamentos reais de agentes sociais.

O Discurso do Sujeito Coletivo-DSC é uma forma de metodologicamente resgatar e apresentar as RSs obtidas de pesquisas empíricas. Nessas, as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas. (LFEVRE, 2014, p. 26)

Desse modo, as representações sociais desse estudo sob a forma de DSC, apresentam histórias coletivas do tema aqui proposto.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E O ACE.

Atualmente o município de Paranaguá possui em atividade segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (2018), 55 ACE's realizando trabalho de campo, seja a pesquisa entomológica, ações como orientação/educação, bomba costal, LIRAA (levantamento rápido do índice de Infestação por Aedes aegypt) e atividades de limpeza.

Segundo o Manual de Normas Técnicas (2001), na organização das atividades de campo o agente é o responsável por uma zona fixa de 800 a 1.000 imóveis

Estima-se que o município tenha uma população de 153.666 mil habitantes (IBGE, 2018), o maior do litoral do Paraná, além de ser considerado pelo Programa Nacional de Combate à Dengue (PNCD, 2002), receptivo ao mosquito transmissor, pois possui área portuária.

A dinâmica de trabalho do ACE no município caracteriza-se pela distribuição das equipes pelos territórios dos bairros, e distrito de Alexandra, os quais incluem áreas de manguezais, áreas de proteção ambiental e área portuária conforme figura abaixo.



FIGURA 1 – MAPA DE PARANAGUÁ

Fonte: Google earth, 2019.

Neste sentido, cumpre salientar que o município de Paranaguá, passou por uma epidemia de Dengue pela primeira vez no ano de 2016, quando foram confirmados mais de 300 casos a cada 100 mil habitantes.

Diante das recorrentes infestações pelo mosquito transmissor, o município vem realizando contratação através do PSS a fim de ampliar o número de Agentes. O último concurso efetivado em Paranaguá se deu no ano de 2008, e o mais recente PSS em 2017, com duração de dois anos.

A população pode registrar situações em que estejam presenciando focos do mosquito em seus locais de residência, trabalho, percurso, etc. através do site http://www.dengue.pr.gov.br/.

3 VISITA DOMICILIAR E SAÚDE AMBIENTAL

A visita domiciliar pode ser entendido como um instrumento desafiador e de responsabilidade na sua utilização. Desafiador pelo fato do profissional não conseguir identificar previamente a situação da família e da moradia, pois podem ocorrer situações em que os profissionais encontrem dificuldades de realizar a visita domiciliar. De acordo com AMARO (2003),

Além de médicos e educadores, outros segmentos profissionais efetuam cotidianamente visitas de conhecimento (exploratórias) ou acompanhamento (interventivas). É o caso do agente de saúde e do conselheiro tutelar, cuja prática de visitas a indivíduos ou famílias, além de corrente, está arraigada a sua cultura profissional. (AMARO, 2003, p.16).

Trata-se de uma metodologia específica na apreensão da realidade social, possibilitando que o profissional esteja inserido nos ambientes de intervenção, o qual se apropria dos meios necessários para dar continuidade as suas mediações de controle vetorial e promoção da saúde.

Guerra (1998, p. 169), salienta a importância do exercício dos instrumentos de atuação "os agentes profissionais, enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhe um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-los".

Neste sentido, apesar da existência das normativas de atuação do ACE suas ações perpassam pelo campo dos valores, exigindo referenciais teóricos e princípios éticos que conduzam sua prática.

Para a realização das visitas o município conta com seis equipes de ACE as quais estão reconhecidas pelas cores: laranja, verde, amarela, azul, roxa e vermelha. As equipes contam com um supervisor e em média nove agentes, distribuídos por todos os bairros de Paranaguá, apesar do número reduzido de ACE, o trabalho é realizado diariamente.

Nas atividades de campo o ACE busca orientar a população em seu ambiente de moradia, segundo definição especificada pela OMS: "Saúde Ambiental é o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar" (BRASIL-MS, 1999).

Um dos fatores determinantes para as condições de saúde de uma sociedade é o saneamento, pois estão influenciados por resíduos sólidos, líquidos e gasosos que são colocados no meio ambiente. Entende-se por saneamento

O conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. (CENTRO FORMADOR DE RECURSOS HUMANOS, 2017, p. 9).

Alguns indicadores apontam que a falta de saneamento básico interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas. Estudo do Instituo Trata Brasil, mostrou que o Brasil convive com centenas de milhares de casos de internação por diarreias todos os anos, devido à falta de saneamento. (CENTRO FORMADOR DE RECURSOS HUMANOS, 2017, p. 9).

No que tange ao cotidiano de trabalho do ACE, essa realidade se apresenta nos territórios em que atuam, uma vez que os problemas relacionados a falta de saneamento interferem e modificam o ambiente das comunidades mais vulneráveis. Como podemos acompanhar na tabela abaixo, o município de Paranaguá não possui os dados referentes ao abastecimento de água, consumo de água, bem como ao atendimento de esgoto.

TABELA 1 – DOMICÍLIOS E SANEAMENTO

DOMICÍLIOS E SANEAMENTO	FONTE	DATA I	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Domicílios Recenseados	IBGE	2010	46.578	149.844	3.755.090
Número de Domicílios Particulares Permanentes	IBGE	2010	40.492	80.083	3.298.297
Domicílios Particulares Permanentes - Com Água Canalizada	IBGE	2010	39.537	78.472	3.273.822
Domicílios Particulares Permanentes - Com Banheiro ou Sanitário	IBGE	2010	40.140	79.455	3.286.052
Domicílios Particulares Permanentes - Destino do Lixo - Coletado	IBGE	2010	39.928	76.828	2.981.998
Domicílios Particulares Permanentes - Com Energia Elétrica	IBGE	2010	40.247	79.416	3.284.181
Abastecimento de Água (unidades atendidas (2))	Sanepar/Outras	2018		93.643	3.933.478
Consumo de Água - Volume Faturado (m³)	Sanepar/Outras	2018		10.512.196	515.174.607
Consumo de Água - Volume Medido (m³)	Sanepar/Outras	2018		8.656.410	494.496.261
Atendimento de Esgoto (unidades atendidas (2))	Sanepar/Outras	2018		75.539	2.900.378

FONTE: Ipardes, 2019.

Desta maneira, a compreensão, bem como a especialização sobre a efetivação das visitas domiciliares tornam-se premissas a serem alcançadas, uma vez que tal ação envolve a articulação e participação da comunidade, do poder público e das políticas públicas. Tais ações servem como indicadores das situações de risco que geram problemas ambientais e de saúde.

Conforme BEZERRA (2017),

A vigilância ambiental atua identificando os agravos presentes no ambiente e a relação destes com a comunidade atingida por seus efeitos, de maneira a criar metodologias para extinguir as fontes causadoras de perturbação ou, pelo menos, elaborar ações para minimizar seus impactos adversos. (BEZERRA, 2017. p. 1049).

Dessa forma, um dos grandes desafios dos trabalhadores se encontra em desvendar a realidade, a fim de identificar os agravos no ambiente em que atuam e assim elaborar ações em conjunto com as demais políticas públicas.

4 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em Paranaguá-PR, o qual buscou refletir a percepção dos Agentes de Combate às Endemias sobre a realidade das visitas domiciliares e o processo de saúde ambiental.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, onde a realidade é o principal objeto de estudo. MINAYO (2009. p. 14), discorre sobre a realidade social como "cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela".

GIL (2008. p. 14), confirma que "a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade".

Considerando-se esse o princípio do estudo realizado e para o alcance do objetivo proposto, na primeira fase realizou-se o levantamento bibliográfico, em que buscamos teses, artigos, documentos etc. A pesquisa de campo inclui a observação participante, além da coleta de dados, a qual foi realizada com os agentes mais próximos no período de abril a junho de 2019.

Foi desenvolvido um questionário autoaplicável, semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, constituídos por três eixos: conhecimento; satisfação; e visita domiciliar.

As perguntas da primeira seção se referiam aos dados pessoais, incluindo idade, gênero e nível de escolaridade. Em seguida nove questões aportaram a capacitação inicial; os cursos de capacitação posteriores; vínculo empregatício; tempo de atuação; acesso a reuniões com a coordenação. Por fim, foram incluídas questões que abordaram a percepção dos agentes quanto as adversidades para a efetivação das visitas domiciliares; receptividade com a comunidade e a importância do trabalho do ACE.

Os participantes foram convidados pela pesquisadora, que também atua como ACE do município, a qual lhes informou sobre a pesquisa, seus objetivos e posteriormente enviou aos que aceitaram participar, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados ocorreu no mês de maio do ano de 2019. Foi enviado o questionário e obtido resposta de 17% dos ACEs. A fim de manter o sigilo dos

participantes os questionários foram nomeados com a sigla ACE, seguida de um numeral, conforme o retorno dos mesmos.

Considerando as características da pesquisa, os dados quantitativos foram transcritos e salvos em uma planilha do Excel. Ademais, para apresentar a realidade empírica utilizamos como forma de buscar as representações sociais dos Agentes a metodologia do Discurso do sujeito coletivo (DSC), segundo LEFEVRE F E LEFEVRE (2009):

O discurso do sujeito coletivo, como técnica de processamento de depoimentos, consiste em reunir, em pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, conteúdos de depoimentos com sentidos semelhantes. (LEFEVRE F E LEFEVRE, 2009, p. 1194)

As coletas dos depoimentos compõem pensamentos, ideias, bem como opiniões de sujeitos individuais, mas que podem conter semelhanças. Os depoimentos tiveram nas questões expostas suas ideias centrais destacadas, assim como suas expressões chave.

O caminho percorrido consiste em descrever o DSC a partir da unificação das opiniões manifestadas, as quais fazem parte o campo da identidade, das percepções, bem como do cotidiano da atuação profissional, perfazendo e dando sentido as representações sociais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O parecer a seguir é decorrente do estudo realizado com os Agentes de Combate às Endemias em exercício no município de Paranaguá/PR. Procurou-se estabelecer uma maior aproximação com os profissionais por meio da observação participante, propiciando conhecer melhor sua realidade e compreensão de suas relações sociais, através das Representações Sociais, onde LEFEVRE F. e LEFEVRE (2003) ressalta que:

O termo Representação Social nomeia uma perspectiva teóricometodológica das ciências sociais, mais particularmente da psicologia social, que, tendo como base o conceito sociológico de Representação Coletiva, introduz um novo conceito, aparentado deste, que diz respeito menos a idéias, opiniões ou ideologias, e mais a esquemas mentais sociocognitivos - que podem também ser vistos como práticas discursivas aprendidos espontaneamente na prática corrente da vida social pelos diversos atores sociais, e usados por estes para a percepção do mundo e para as comunicações correntes. (p.361). Nesse contexto, para essa pesquisa foram traçados três categorias de análise, conhecimento, satisfação e visita domiciliar. De acordo com Lefevre (2014), é possível com os conteúdos e os argumentos dos diferentes depoimentos que apresentam sentido semelhante, construir, na primeira pessoa do singular, uma narrativa verossímil.

A resultante desse estudo buscou reunir os depoimentos de mesmo sentido em um único discurso, o qual procurou produzir no leitor um efeito de coletividade falando. A construção do texto se dá através das expressões-chave extraídos dos trechos das falas segundo uma ideia central, os quais formam parte do discurso.

QUADRO 1 – EXPRESSÕES-CHAVE E IDEIAIS CENTRAIS

Eixos	ECH – Expressões-Chave	IC - Ideias Centrais
Conhecimento	Participei de poucas reuniões Participei de reuniões quando solicitado Recebi um treinamento básico Curso de formação o qual foi interrompido	Poucas reuniões Participei quando solicitado Curso de formação interrompido
Satisfação	É um trabalho difícil, desanimador Uma classe que não é valorizada O trabalho apresenta diversas barreiras As pessoas não valorizam nossos esforços Falta de recursos, equipamentos Poucas ações de educação ambiental	Trabalho desanimador Classe não valorizada Barreiras no trabalho As pessoas não valorizam Falta de recursos Poucas ações
Visita Domiciliar	Orientação e busca por objetos que possam servir de criadouros Educação em saúde Divulgação do trabalho, conscientização Ponto de apoio por área Proteção individual Resistência de moradores Falta de estrutura, recursos, materiais Localidades com difícil acesso, cachorros bravos e soltos Intempéries, tempo chuvoso	Orientação e busca por criadouros Educação Divulgação do trabalho Ponto de apoio Proteção Resistência dos moradores Importância das ações Falta de recursos Difícil acesso, cachorros soltos Intempéries

FONTE: A autora (2019).

Abaixo as três categorias de respostas dos ACEs expressa sob a forma de DSC.

QUADRO 2 – PERCEPÇÃO DOS ACES SOBRE A FORMA DO DSC

Percebo que o trabalho como ACE apresenta diversas barreiras que dificultam sua excelência. É um trabalho difícil, muitas vezes desanimador, me sinto como se estivesse enxugando gelo. Eu trabalho diretamente com a comunidade na promoção a saúde, tenho a impressão que por mais que eu oriente a população, as pessoas não valorizam meu trabalho.

Nesse tempo em que atuo como ACE participei de poucas reuniões com a coordenação do setor. Recebi um treinamento para ACE, uma capacitação básica e comecei um curso de formação em 2018, o qual foi interrompido por intervenção do poder público municipal. Em decorrência do trabalho tive gripes e alguns resfriados, bem como o agravamento de doenças respiratórias. Considero como principal dificuldade para a realização da visita domiciliar a resistência dos moradores, além de intempéries, poucas ações de educação ambiental voltadas ao controle de endemias, localidades com alto índice de violência e difícil acesso, falta de estratégia, cães soltos e bravos, que também impedem a efetivação da visita. Algumas pessoas acham importante o meu trabalho, mas a maioria acha que sou inconveniente como se a visita não fosse necessária. Por outro lado, apesar das dificuldades o trabalho é gratificante e diverso, dialogar com a população e levar saúde é algo satisfatório para o ACE.

FONTE: A autora (2019).

Corroborando ao que se buscou compreender nessa pesquisa, o ACE é de real importância no controle e prevenção das arboviroses, para que a população tenha acesso as questões relacionadas à saúde e o ambiente, e por isso ele é o primeiro contato as comunidades, os quais tem a função de promover a saúde, levando qualidade nas suas funções cotidianas.

O problema das arboviroses vem sendo discutido há muitas décadas, o qual tem como principal causa as irregularidades com a água, como pontua PEREIRA E GUIMARÃES (2007):

A intermitência da água provoca problemas tanto com relação à saúde quanto ao ambiente. Quando a população junta água em casa, em tonéis, baldes, jarras, nem sempre acondiciona essa água corretamente, o que pode possibilitar a existência de criadouros do Aedes Aegipty, causando surtos de dengue, aumento de mosquitos, doenças relacionada à ingestão de água contaminada devido ao manuseio inadequado, etc. (PEREIRA e GUIMARÃES, 2007, p. 495).

Para além dos depoimentos, constatou-se que a população e o poder público desconhecem a função do ACE, deixando a impressão de desvalorização do

trabalho realizado. Em função disso, este profissional é pouco reconhecido pelo trabalho desenvolvido no município.

Esses problemas são recorrentes e aparecem como insatisfação de ACEs de outras regiões, para (BRITO, 2018, p. 87) "mencionam vários aspectos que dificultam o trabalho de modo geral. Quanto a identificação como profissional faltam uniformes, crachás e bolsas. Em relação aos produtos utilizados no dia-a-dia falta protetor solar, materiais básicos para as visitas domiciliares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos depoimentos dos trabalhadores que compuseram o corpus da presente pesquisa, observaram-se algumas fragilidades no que tange a satisfação e a formação destes profissionais.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou conhecer e compreender a realidade dos Agentes de Combate às Endemias que vem desempenhando um papel importante no controle e prevenção das arboviroses, sendo a visita domiciliar o principal instrumento de intervenção no meio ambiente.

Naturalmente o processo de trabalho do cotidiano dos ACEs encontra diversas barreiras para a sua efetivação. Pouco espaço e atenção são dados a participação do ACE na formulação de estratégias de atuação, suas relações sociais foram se instituindo em precárias condições de trabalho, sem identificação como crachás e uniformes, sem materiais, com um aprendizado deficitário, sem uma formação profissional inicial e continuada de qualidade, fundamental em sua atuação que cada vez mais passa a exigir novos saberes.

A disseminação de informação e conhecimento para a comunidade, as secretarias de saúde, educação, meio ambiente, obras e urbanismo ainda não é suficiente para a qualificação e percepção dos ACEs.

Esta falta de percepção também é atenuada pela pouca publicação do trabalho de combate à dengue realizado pelos ACEs, percebeu-se um distanciamento entre a articulação do trabalho das secretarias e o trabalho de base cotidianamente efetivado.

Compreender a realidade das localidades de trabalho se faz necessário a medida que possibilita perceber as demandas e situações adversas de

determinados lugares, facilitando a orientação e fortalecendo os vínculos com a comunidade.

Deste modo, é notório perceber que determinados lugares possuem certo agravamento na incidência de arboviroses, como a falta de saneamento e moradias inadequadas, sendo necessário implementar estratégias de controle vetorial diferenciadas nesses territórios.

Concluindo, para que haja um melhor direcionamento das ações, os ACEs e a população exigem do poder público a criação e o aperfeiçoamento de técnicas de atuação cotidiana, a fim de compreender a realidade do processo de conhecimento de suas relações sociais no contexto de campo.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa.** Porto Alegre: AGE; 2003.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. **Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios.** Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.4, p.1044-1057, 2017.

BRASIL. **Fundação Nacional de Saúde**. Vigilância Ambiental em Saúde/Fundação Nacional de Saúde. Brasília: FUNASA, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.350, de 5 de outubro de 2006**. Regulamenta as atividades e formas de contratação dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 6 out. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.708, de 14 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Subsídios para a construção da política nacional de saúde ambiental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Controle da Dengue.** Brasília: Funasa; 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Y. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEFEVRE F, LEFEVRE A. M. **Pesquisa de Representação Social:** um enfoque qualiquantitativo. 2 ed., Liber Livro, Brasília, 2012.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014.

MINAYO, M. C. de L. Saúde-doença: Uma concepção popular da Etiologia. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1988.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.** Define atribuições para o Agente de Combate às Endemias – ACE.

http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/01/paranagua-registra-epidemia-dedengue-pela-primeira-vez.html. Acesso em: 09/7/2019.

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5880:opa s-recomenda-que-paises-da-america-latina-e-do-caribe-se-preparem-para-possiveis-surtos-de-dengue&Itemid=812. Acesso em: 09/7/2019.

PARANÁ (Estado). Curso de Formação do agente de combate às endemias. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, 2017. Caderno II.

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Disponível em: http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs ISSN 1984-4352 Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015. Acesso em 09/9/2019.

Representações dos agentes de combate ao Aedes aegypti Lefevre, A.M.C. et al.Rev. Bras. Epidemiol. Vol. 6, Nº 4, 2003.

http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83200. Acesso em: 20/7/2019.